

■ OPINIÃO

Economia - Brasil

EDITORIAL

Um paciente pronto para sair da UTI

O Brasil entra em 2005 dentro dos trilhos, tanto do ponto de vista institucional e político como do econômico. No sábado, tomaram posse os prefeitos e vereadores de 5.562 municípios brasileiros (com exceção de uns poucos municípios com problemas legais), escolhidos por 119,8 milhões de eleitores na maior eleição informatizada do mundo, realizada no ano passado num clima de total tranquilidade, embora tenham sido solicitadas tropas federais para 332 municípios.

Essa festa política de caráter local e ao mesmo tempo nacional no início do ano, com as mudanças impostas pelo eleitorado — que incluíram pesadas derrotas para o partido do governo federal em cidades importantes, como São Paulo, Porto Alegre, Santos e Ribeirão Preto, entre outras —, deveriam servir de lição para os tecnocratas que insistem em ignorar a política e dão mais importância à política econômica do que à economia política. Afinal, assim como a guerra é um assunto muito sério para ser decidido por generais, também a economia não deve-

ria ser comandada por economistas. Ou, pelo menos, não só por eles.

Muitos dos economistas que estão no poder, ou passaram por ele, se deixam seduzir pelas teorias da moda, por complexas fórmulas matemáticas ou por equações econométricas e se esquecem de que na base dos fenômenos econômicos existem seres humanos que reagem de formas diversas às soluções chamadas técnicas. Por isso, simples inflações do chuchu chegam a abalar sólidas reputações. A economia não é uma “ciência” exata, mas humana. E, portanto, sujeita a muitas falhas.

Para cuidar de uma economia que saiu do período de governo de Fernando Henrique Cardoso severamente debilitada, o governo petista optou por um médico e político, o ministro Antonio Palocci Filho. Ao contrário de outro médico, o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, que pensava grande e mudou as

feições e a alma do Brasil, o atual ministro da Fazenda decidiu internar o paciente na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), ministrando remédios de tarja preta que ou acabam por levar o paciente ao óbito (como preferem dizer, eufemisticamente, os médicos) ou o salvam como por milagre.

E foi o que ocorreu na prática. O paciente reagiu e o crescimento acumulado da economia até o final do terceiro trimestre chegou a 5,3%, para surpresa do governo e tecnocratas e felicidade geral da nação. No acumulado do ano, o Produto

Interno Bruto (PIB) deverá avançar um pouco menos, ficando em torno de 5%. Como não poderia deixar de ser, o balanço da política econômica divulgado na quarta-feira pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda atribui esse resultado ao tratamento na UTI. Ou, em “bom” economês: a política monetária foi adotada de forma consistente para assegurar que a infla-

ção voltasse para patamares condizentes com a retomada sustentável da taxa de crescimento do produto.

Num ambiente internacional favorável, com boa liquidez, preços elevados das principais commodities e crescimento econômico, o Brasil cresceu, assim como ocorreu com muitos outros países emergentes. Para só ficar num exemplo próximo, a Argentina, que praticamente quebrou e chegou a decretar a moratória em anos recentes, deve ter chegado ao final de 2004 com um crescimento bem maior que o nosso, próximo de 9%, e reservas líquidas de US\$ 20 bilhões, enquanto o Brasil deverá acumular, a muito custo, reservas líquidas de US\$ 24 bilhões.

O crescimento da economia brasileira foi impulsionado por um forte movimento exportador, que permitiu ao País acumular, até a quarta semana de dezembro, um superávit de US\$ 33,08 bilhões. Esse cenário, aliado a juros internos elevados, que representaram taxas reais de cerca de 11% ao ano no final de 2004, favoreceram o ingresso de capitais estrangeiros, até mesmo (ou principalmente) o espe-

culativo. Assim, no final do terceiro trimestre, os investimentos estrangeiros acumulados somavam R\$ 25,753 bilhões, ante R\$ 10,278 bilhões no mesmo período de 2003. Com isso, o saldo das transações correntes com o exterior atingiram o nível recorde acumulado até novembro de US\$ 10,4 bilhões.

O governo também procurou fazer a chamada lição de casa em relação ao superávit primário e foi mais realista que o rei Fundo Monetário Internacional (FMI): conseguiu uma economia de R\$ 84,8 bilhões de janeiro a novembro, ou 5,3% do PIB, muito acima da meta prometida de 4,5%. Tudo isso fez com que o risco Brasil caísse para 378 em 29 de dezembro.

Neste início de 2005, a grande dúvida é saber se o governo vai manter o paciente na UTI, ministrando juros de 17,75% (ou superiores) ao ano, ou vai lhe dar alta, para que enfrente a vida sem medo do crescimento e possa sair por aí dançando “La Cumparsita”.